

## O medo maior

(pensar a quarentena mundial, 2)

Tomás Maia



Manuel Zimbro, *Não há o medo* [inscrição sobre seixo rolado à escala da palma da mão], 2000 (Fotografia de André Maranhã)

Um medo — o medo a que chamarei aqui «maior» — é a fonte comum do político e do religioso. Ou, melhor, do político *enquanto religião*.

É um tal medo que emerge hoje à superfície, uma superfície quase co-extensiva à da Terra, durante a quarentena. E já se pode ver que este medo não está apenas relacionado com a crise epidémica mas que se desdobra (talvez desde o início) em medo de uma outra crise, a crise económico-social anunciada como sendo ainda mais grave do que a de 2008

(uma «crise» que no entanto não será exactamente uma *crise*, pois a situação crítica tornou-se o estado crónico do capitalismo: há meio século — pelo menos — que nos repetem a crónica da crise crónica). Medo duplo ou duplicado, portanto, que se revela no fundo como sendo um único e mesmo medo. A quarentena oferece-nos assim a *chance* de pensar o que mais necessitamos politicamente: arrancar, definitivamente, a política da religião.

---

Não sabemos se essa separação alguma vez será possível. A distinção entre o político e o religioso será uma decisão política ou não acontecerá. Na realidade, a necessidade de os distinguir já está latente nos Gregos: eles foram os primeiros a imaginar um Deus que morre e, desde então (quer dizer, desde o início), a política tem sido pensada como um *corpo*, e até como um corpo *imune*. Ou, mais exactamente, como um corpo imunizado, um corpo que adquire a imortalidade através do *sacrifício* dos mortais.

Será pois necessário definir «Deus» — e todas as suas aparências secularizadas — física e metafisicamente como o *anticorpo comum aos mortais*, isto é, como aquilo que impede a instituição da comunidade política (a comunidade sem hierarquia onde todos os seres expõem uns aos outros a sua igualdade inata). Vai ser necessário ir à raiz da teologia, ou seja, da filosofia e, conseqüentemente, da economia política que se apropria do *comum* (dos mortais).

---

Aqui, durante a quarentena, estou apenas a tentar vislumbrá-lo. Se comecei por qualificar de «maior» esse medo foi, desde logo, para apontar não exactamente para um medo maior do que qualquer outro (segundo que critérios, com efeito, poderíamos nós medir o medo?), mas para um medo que *se mede com* o que é maior do que o humano — em suma, com o que não tem medida comum: o *incomensurável*. Este medo receberá um nome nobre na teologia e nos estudos religiosos: o *tremendum*, isto é, aquilo que é ao mesmo tempo enorme, fora da norma ou fora de medida, e aquilo que nos faz tremer de pavor; temor e tremor, condensará Kierkegaard (retomando as próprias palavras da *Epístola aos Filipenses*). Mas vou manter o simples qualificativo «incomensurável» porquanto expõe o próprio cerne da coisa (ou da causa) política: a saber, que há *munus* na comunidade, e que

este *munus* é incomparável com o que quer que seja na existência humana: o peso da mortalidade e o dom da vida.

O medo ante o incomensurável é o medo de levar esse peso até ao fim e de aceitar esse dom sem reservas. Ora, se este medo é talvez inevitável para o ser humano, a quarentena pode todavia fazer-nos compreender que não nos devemos deixar subjugar por ele. A subjugação ao medo incomensurável transforma-o num desejo de ser absolutamente imune ou imortal. A trágica ironia consiste em que o incomensurável se manifesta desta vez através do minúsculo, ou mesmo do microscópico, não deixando por isso de ser invisível.

A grande questão política que se coloca é portanto a de saber se vamos ceder, uma vez mais, à chantagem do medo maior. Uma coisa é certa: esta chantagem é o meio político mais eficaz para prosseguir o assalto aos bens e aos serviços públicos tão *desmunidos*, é caso para dizê-lo, para se poderem opor a esta pandemia.

---

Esta chantagem pode ser resumida numa fórmula bem conhecida: *a bolsa ou vida*, entendendo por «bolsa», muito para além do seu sentido estrito, todos os meios que permitem a um ser humano viver. *Sob ameaça de morte*, portanto, e *para conservar a vida*, permitimos que o «ladrão» se aproprie desses meios e os transforme em propriedade privada. Sobrevivemos então no medo para salvar a vida. Mas aqueles que privatizam esses meios são os mesmos — e tal é o logro derradeiro da chantagem — que não hesitam, quando necessário, em nos privar da liberdade ou da própria vida.

A única forma de protestar contra esta chantagem é *não escolher* entre a privatização dos meios de vida e a privação da vida. No limite extremo, isto equivale a responder: *a liberdade ou a morte*. É a escolha daqueles que não têm escolha e que não têm nada a perder. E isto significa que é decisivo — politicamente decisivo — não se deixar subjugar pelo medo. Aliás, não pode existir comunidade *política* sem libertação (talvez interminável) deste medo.

Pois de onde vem este poder de ameaça de morte senão do facto de esse poder encarnar a própria morte? Ou seja, de esse poder figurar o nosso medo de morrer? Sim, somos nós que nos ameaçamos a nós próprios, pois o nosso medo erigiu a morte em figura tirânica. E somos nós que nos sujeitamos a nós próprios, acreditando que assim dominaremos o

medo. A servidão é o preço que pagamos pela ilusão de um Mestre do medo. Servos de um Senhor, eis o que aceitamos ser (mais ou menos) voluntariamente.

---

A ideia de medo como origem da religião é bastante antiga (Hobbes, por exemplo, evoca um poema de Estácio, a *Tebaida*, escrito no final do século I da nossa era), mas cabe a Nietzsche tê-la articulado claramente apresentando em conjunto a figuração de um corpo divino e a potência de um poder (político). Ele diz, em substância, duas coisas:

— o medo face aos antepassados aumenta na proporção directa do aumento de poder do grupo (arcaico);

— graças à fantasia suscitada pelo medo crescente, o antepassado atinge proporções monstruosas e acaba por assumir a figura de um deus.

Nietzsche conclui então: «Residirá aqui, talvez, a origem dos deuses, uma origem que portanto remonta ao *medo!*...» (*Para a Genealogia da Moral*, II, § 19).

A esta análise, dificilmente contestável, é preciso, parece-me, juntar uma clarificação: o medo, *antes* de reforçar o grupo, corre o risco de o dissolver porque isola e paralisa cada um dos seus membros. O medo, a este respeito, é o limite *inferior* da política (o limite *superior* sendo a piedade, que destrói a comunidade numa massa fusional). É portanto apenas num *segundo tempo*, sob o efeito da ameaça de desaparecimento, que o medo religa; e quanto mais o medo aumenta (quanto mais monstruoso se torna, diz Nietzsche), mais homogeneamente o grupo se une em torno do seu antepassado que se tornou um deus. O medo da morte é então inteiramente descarregado sobre uma pessoa morta que, por essa mesma razão, encerra o poder de vida de um grupo. Um *corpo* comum — ou seja, como se vê, um anticorpo monstruoso — constitui-se então e funda a ordem político-religiosa, ou mesmo teológico-política. Funda, a meu ver, toda a política do Ocidente — incluindo a política revolucionária ou emancipadora.

---

Esta clarificação apoia-se na função política do medo evidenciada pelo pensamento ocidental. Vou lembrar, muito esquematicamente, essa função através de alguns enunciados para que possamos perceber a amplitude política do medo incomensurável.

Hobbes, como seria de esperar, convocou como que por acaso um monstro para figurar o soberano e intitular o seu livro, *Leviatã*. O medo maior é aqui transferido para o corpo do soberano absoluto, o qual incorpora precisamente todos os cidadãos garantindo-lhes tanto a segurança como a paz. Eis a consequência necessária para poder superar o «estado de natureza» que conduziria a humanidade à sua autodestruição, o estado de guerra de todos contra todos: «é manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos no medo, eles encontram-se naquela condição a que se chama guerra, e esta guerra é tal que é a de todos os homens contra todos os homens» (I, 13). A passagem do estado natural para a sociedade civil é assim a passagem do medo primitivo (medo — *fear* — da morte violenta) para o medo respeitoso ou o terror (medo — *awe* — perante o soberano).

Hegel, por sua vez, na *Fenomenologia do Espírito*, aponta, como possibilidade da História, para a luta entre as consciências de si, a qual só é também possível através do «mestre absoluto» ou da morte. A consciência dominadora treme diante do «medo primordial absoluto» (e não diante desta ou daquela «angústia particular»), enquanto a consciência servil se reserva ou se preserva ao dar forma a este medo. Hegel capta assim a unidade entre o medo da morte e a formação (ou a cultura: *das Bilden*) da vida (IV, A). Porém, se o modelo histórico para resolver esta tensão entre o Senhor e o Escravo é Cristo (o Senhor servidor ou o Servo dominador), daí resulta que a História só é concebível passando pelo sacrifício.

Freud, por fim, na *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, detecta no fenómeno do «pânico» o risco de desagregação da multidão (e o *pânico*, já associado por Hobbes à multidão, seria talvez a palavra que mais conviria para designar o medo face à *pandemia*). «O pânico surge [escreve Freud] quando o perigo comum a todos aumenta ou quando os laços afectivos que mantêm a multidão unida deixam de existir» (V). O pânico, em suma, «revela a ausência, e mais do que a ausência do Pai-Pã» (como dirão Lacoue-Labarthe e Nancy, em *La panique politique*), ou seja, a ausência de um Mestre cuja presença a religião se encarregará de simular ou postular.

---

A partir destes enunciados, pode dizer-se que toda a questão da cultura ou da formação humana — uma questão que tem pelo menos uma resposta tripla: artística, política e religiosa — é de facto a de saber *que forma damos ao medo da morte*.

É precisamente aqui que a tragédia e, em geral, o pensamento trágico nos podem ensinar algo — talvez o essencial — sobre o nosso destino colectivo, na medida em que surgiram na encruzilhada da arte, da política e da religião.

Se não há a mínima possibilidade de descarregar sobre os outros o peso da mortalidade, o dispositivo trágico instaura uma catarse a que chamarei *benéfica*: uma descarga que nos liberta do medo sem matar ninguém. É essa a invenção do *teatro* (onde se joga a própria necessidade de dar forma à vida): não se descarrega o medo do *munus* sobre ninguém, ou melhor: descarrega-se sobre uma *persona* evitando fazê-lo à custa dos outros (mortos). Por outras palavras, é essa a invenção do jogo — da representação — capaz de conter o mal.

Eis a lição que se pode tirar se quisermos evitar a catarse *maléfica*, isto é, essencialmente, o sacrifício: o medo maior — precisamente por ser *in-comensurável* — não pode ser partilhado pela comunidade, a comunidade que partilha a intransmissível morte. É o medo que faz parte de todos e de cada um, mas separadamente. A liberdade não é certamente a libertação da morte, mas a libertação do medo da morte (própria). «A liberdade *ou* a morte» *também* quer dizer isso.

---

Se nos deixarmos captar pelo medo, instituímos com o mesmo gesto um anticorpo comum que legitima o mal. Este anticorpo é como a cabeça a que o resto do corpo político se sacrifica. A nossa maior dificuldade política actual é que essa cabeça (Chefe, Soberano, Mestre...), à qual nos sacrificamos, e à qual se sacrificam praticamente todos os Estados do mundo, é tão invisível e dispersa como um vírus. O Capital — já que é esse o seu nome — é a cabeça (*caput*) que se tornou invisível do deus Pã. Precisamos, pois, de inventar todo um *pensamento do comum* contra este mal que se infiltrou nos nossos corpos e nos nossos espíritos. Temos tudo para reinventar na política devolvendo a esperança à vida em comum, ao *com-munis* inapropriável.

---

Há alguns dias, ao ver uma reportagem, o meu olhar cruzou-se com o de uma enfermeira do Royal Free Hospital de Londres. De repente, ela declara: «Às vezes, sinto que sou de alguma forma responsável pela morte

de alguém». É a enfermeira responsável pelos cuidados intensivos, aquela que tem de desligar os ventiladores dos doentes em fase terminal. (A este respeito, perante a situação calamitosa da saúde pública mundial, quão irrisória se torna a discussão considerada «urgente» sobre a legalização da eutanásia em alguns países europeus!) A mesma enfermeira acrescenta: «Não consigo dormir. Tenho medo de apanhar o vírus, falamos dele entre colegas e toda a gente tem medo». Como poderia ser de outro modo? E quem, no lugar dela, dando «de alguma forma» a morte a alguém, poderia negá-lo?

E no entanto a questão — a questão mais antiga da política e da religião, *indissociavelmente* — é a de saber *o que fazemos com o medo*. Ora, não há mil maneiras de abordá-lo; já o sugeri: há apenas duas, a catarse benéfica (cujo desafio é a rerepresentação) e a catarse maléfica (cuja verdade é o sacrifício). Mas isto não significa sobretudo que a política deva tomar a arte como modelo em detrimento da religião; significa simplesmente que a arte mostra *o limite* da representação da morte ou, dizendo melhor, dos mortos. O que já é *enorme*. Em contrapartida, devemos constatar que é na verdade a catarse sacrificial que, querendo livrar-nos do *munus* e fornecer-nos a salvação, tem dominado de forma esmagadora a história mundial. Num certo sentido, a política — refiro-me à política separada do religioso — ainda não começou.

O que equivale a afirmar que ainda não passámos ao *acto* — e ao *acto político* — esse grande facto dos tempos modernos que é a morte de Deus. O fim do teológico-político continua por concretizar.

---

«Eles não sabem, nem sonham / Que o sonho comanda a vida», escreveu António Gedeão na *Pedra Filosofal*; no entanto, há que reconhecer que o sonho comanda apenas uma ínfima parte da humanidade — aquela que, afrontando o medo maior, cria uma *outra* vida na vida. O que comanda a vida da grande maioria dos homens é a subjugação ao medo. A consciência servil ou a servidão.

*Mas é precisamente a razão pela qual ceder ou não ceder ao medo é a primeira decisão política.*

Lisboa, 25 de Abril (dia da libertação do medo) – 1 de Maio de 2020,  
Tomás Maia